

EDITORIAL

RENOVANDO A POLÍTICA EDITORIAL

Neste número que você está começando a ler, a Revista Seqüência pretende participar de uma dupla comemoração: o início das festividades relativas aos vinte anos do curso de pós-graduação em direito da UFSC e nossa vigésima-quinta edição

Por certo, uma excelente oportunidade para fazer algumas indagações sobre o passado e o futuro desta publicação. Nenhum balanço, só o desejo de reinterpretar a memória para ajustar nossa política editorial às exigências críticas do pensamento finissecular.

Os anos 90 são surpreendentes e estranhos: muitos preconceitos e modos de trivialização do pensamento estão acabando; as ideologias sendo substituídas pelos jogos sedutores de um imaginário hiper-real; renascem alguns sonhos e surgem modalidades utópias despojadas da pesada carga do lirismo negativo. Terminamos de viver as incidências do processo de impedimento presidencial que pode produzir efeitos simbólicos e imaginários ainda difíceis de avaliar. Marcaram, porém, uma diferença irreversível em termos da temporalidade política e de seus cenários futuros. É de se suspeitar que, no mínimo, o impedimento poderá ser pensado como a cena inaugural dos

procedimentos da consolidação da democracia e da reavaliação das funções sócio-políticas do direito.

O chamado “collorgate” força novos modos de perceber, interpretar e avaliar o papel ético e político do direito. Coloca-nos diante de uma clara possibilidade de perceber o direito como um modo de reintrodução da ética na política, botando em xeque toda uma história de críticas ao Estado de direito. Um Estado de Direito que precisa ser revisto como sinônimo de uma cidadania que aspira a ser plena, e não mais como idealização metafísica de um direito do Estado de dizer o Direito; o Estado de Direito, agora visto como o território onde os cidadãos ampliam seus direitos.

O panorama não é mais o mesmo. Esta Revista é o órgão de expressão de um curso de pós-graduação que obteve seu reconhecimento como centro de excelência por estar sempre aberto e receptivo a toda inovação, tendo agora a difícil tarefa de ter que renovar-se radicalmente para poder continuar sendo a mesma.

Para renovar, devemos nos preocupar com duas frentes: o projeto teórico e a política jornalística.

Do primeiro acabamos de falar. Quanto à nossa política jornalística, pensamos que ela deve sofrer profundas alterações, que o leitor começará a conhecer já neste número.

Encerram-se os tempos das revistas acadêmicas despreocupadas com sua apresentação visual. As revistas universitárias estão deixando de ser uma coletânea de artigos, organizados como se fossem livros. Nós aderimos a esta tendência.

Assim, o leitor encontrará, a partir deste número, uma seção de entrevistas, uma série de artigos (que tentam apontar algumas interpretações da questão proposta em cada edição), uma coluna de opinião, a transcrição de um texto já publicado no exterior (vinculado à questão debatida), uma seção de autores e publicações (contendo perfis de distintos escritores, ementários, resenhas críticas e notas), concluindo com a seção denominada “Entre Nós” (que conterá o tradicional material informativo do CPGD).

Um recomeço que irá amadurecendo com o passo dos números futuros, já que uma revista é como nossa alma, que pode crescer com o tempo e com a história.

A Direção

